ACÓRDÃO Nº. 57.173

(Processo nº. 2016/50861-2)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.**Recorrente:** Sr. ANTÔNIO CARLOS COELHO DA CRUZ - Presidente do Sindicato Rural de Conceição do Araguaia.**Decisão Recorrida:** Acórdão n.º 55.594, de 07/04/2016.**Relatora:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. ANTÔNIO CARLOS COELHO DA CRUZ - Presidente do Sindicato Rural de Conceição do Araguaia, porém, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos do Acórdão nº 55.594, de 07/04/2016.

ACÓRDÃO Nº. 57.174

(Processo nº. 2006/52856-6)

Assunto: APOSENTADORIA.**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relator:** Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II e parágrafo único c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciada na Portaria nº. 1.343/2006, de 05/07/2006, em favor de MARINA PEREIRA DE SOUSA, no cargo de Professor, código GEP-M-AD1-401, Ref. I, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº 57.175

(Processo nº 2016/51236-9)

Assunto: APOSENTADORIA.**Requerente:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.**Relator:** Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciada na Portaria AP nº 31.477, de 29-09-2016, em favor de INEZ BARROS DO REGO BAPTISTA, no cargo de Auditor de Controle Externo - Administração, Classe D, Nível 3, do Quadro de Provedimento Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

ACÓRDÃO Nº. 57.176

(Processo nº. 2007/54453-5)

Assunto: PENSÃO CIVIL.**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relator:** Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de pensão civil consubstanciada na Portaria nº. 974, de 05/05/2006, em favor de FRANCISCO SANTOS BARBOSA, FRANCISCO JOSÉ CABRAL BARBOSA e MÁRCIO ANDRÉ CABRAL BARBOSA, dependentes da ex-seguradora Márcia Maria Cabral dos Santos.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 14 de dezembro de 2017, tomou as seguintes decisões:

RESOLUÇÃO Nº. 18.977

(Processos nº. 2008/51722-1 e 2010/52642-9)

Assunto: Consulta a respeito da possibilidade de utilização do sistema de "carona" à ata de registro de preço de outros órgãos e outros entes da administração pública.**Requerentes:** ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO e ROSYMARY NEVES TEIXEIRA.**Relator:** Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, e com fundamento nos artigos 235, 237 e 238 do Ato Regimental, responder à consulta formulada pelas Sras. ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO e ROSYMARY NEVES TEIXEIRA, abaixo transcrita:

1- Quanto ao processo nº. 2008/51.722-1, que questiona se o Departamento de Administração deste TCE/PA está proibido de utilizar-se do procedimento do "carona": seja no sentido de se valer de atas de registros de preços (ATR) de outros órgãos da Administração; seja no sentido de possibilitar que suas ATRs, sejam utilizadas por outros órgãos da Administração:

1. a) Que não há óbice jurídico-administrativo a que esta Corte de Contas adira a Atas de Registro de Preços de outros órgãos ou entidades, mas, que tal procedimento somente seja utilizado quando regulamentado internamente;

2. b) Sugerir a este Tribunal, diante dos fatos concretos fundamentados neste Voto, a imediata constituição de uma comissão composta por servidores das áreas afins à matéria, para produzirem estudos e a feitura de uma proposta para regulamentação própria deste TCE.

2- Quanto ao processo nº. 2010/52.642-9, de procedência do DETRAN-PA, que questiona se é possível qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual aderir como "carona" à Ata de Registro de Preços realizada por outro ente da Federação?

1. a) Que não há óbice jurídico-administrativo à adesão a ATRs de outros órgãos ou entidades, desde que, a adesão se dê na forma do art. 24 do Decreto estadual nº. 1.887, de 07 de novembro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 18.978

(Processo nº 2017/53753-6)

Assunto: Consulta formalizada pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ, com referência à tomada de providências relacionadas a servidor efetivo deste Tribunal, exercendo atividades incompatíveis com sua função de administrador.**Relator:** Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA.**Formalizador da Decisão:** ANDRÉ TEIXEIRA DIAS (§ 3º do art. 191 do RITCE/PA)

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento nos artigos 235, 237 e 238 do Ato Regimental:

1. Propor a inadmissibilidade da presente Consulta, formulada pelo Conselho Regional de Administração do Estado do Pará, uma vez que não foram preenchidos os pressupostos da legislação pertinente;

2- Desentranhar os documentos de fls. 1 e 2, mantendo-se cópias nos autos, a fim de que sejam encaminhados à Presidência desta Corte de Contas, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº. 57.177

(Processo nº. 2006/50133-3)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEPOF n.º 359/2004 e Termo Aditivo**Responsáveis/Interessado(a):** UBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA, BENJAMIM RIBEIRO DE ALMEIDA NETO e PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVES**Relator:** Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", c/c os arts. 62, 82 e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. UBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA, CPF n.º 036.383.242-49, ex-prefeito do município de Chaves, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 20.715,50 (vinte mil, setecentos e quinze reais e cinquenta centavos) devidamente atualizada a partir de 22/12/2004 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, e aplicar-lhe as multas de R\$ 2.071,55 (dois mil, setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), pelo débito apontado, e de R\$ 907,00 (novecentos e sete reais), pela não prestação de contas no prazo regimental;

2) Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. BENJAMIM RIBEIRO DE ALMEIDA NETO, CPF n.º 076.376.592-91, ex-prefeito do município de Chaves, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 41.452,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais) devidamente atualizada a partir de 22/12/2004 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, e aplicar-lhe as multas de R\$ 4.145,20 (quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), pelo débito apontado, e de R\$ 907,00 (novecentos e sete reais), pela não prestação de contas no prazo regimental;

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento das multas o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente dos débitos imputados e da cominação de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 57.178

(Processo nº 2008/53807-2)

Assunto: APOSENTADORIA**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relatora:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria, consubstanciada na Portaria AP nº. 1317, de 01 de abril de 2008, em favor de IVONE DA SILVA FERNANDES, no cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social.

ACÓRDÃO Nº. 57.179

(Processo nº. 2016/51472-8)

Assunto: APOSENTADORIA.**Requerente:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.**Relator:** Conselheiro Substituto DANIEL MELLO.**Formalizadora da Decisão:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciada na Portaria nº. 5064, de 01/11/2016, em favor de FERNANDO BRANCHES FARIAS, no cargo de Agente de Segurança, Classe/Padrão A04CAAS, lotado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

ACÓRDÃO Nº 57.180

(Processo nº 2007/53436-0)

Assunto: PENSÃO CIVIL**Requerente:** INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.**Relatora:** Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II, parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil, consubstanciada na Portaria PS nº. 0337, de 08-07-2004, em favor de BENEDITO PIRES DAS CHAGAS, dependente da ex-seguradora Alcídia Miranda Chaves.

ACÓRDÃO Nº. 57.181

(Processo nº. 2016/50394-7)

Assunto: PENSÃO ESPECIAL**Requerente:** SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**Relator:** Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II, parágrafo único, c/c com art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Policial Militar consubstanciada no Decreto nº 1.810, de 25 de julho de 2017, em favor de CLAUDETE LIMA DA SILVA CORRÊA, HELLAENE VITÓRIA DA SILVA CORRÊA e JANAÍNA DA SILVA CORRÊA, dependentes do ex-servidor ALFREDO DOS SANTOS CORRÊA JÚNIOR.

ACÓRDÃO Nº. 57.182

(Processo nº. 2016/50846-3)

Assunto: Prestação de Contas da AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO DO GOVERNO, referente ao Exercício Financeiro de 2015.**Responsável:** CARMEM LÚCIA DANTAS DO CARMO – Presidente à época.**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA.**Formalizador da Decisão:** Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de decisão do Relator, com fundamento nos artigos 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade da Sra. CARMEM LÚCIA DANTAS DO CARMO, presidente à época, da Ação Social Integrada do Palácio do Governo, no valor de R\$844.130,66 (oitocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta reais e sessenta e seis centavos).

ACÓRDÃO Nº. 57.183

(Processo nº. 2015/51713-0)

Assunto: MEDIDA CAUTELAR – Tomada de Contas Especial referente ao Convênio SEDUC n.º 231/2014 e Termo Aditivo**Requerente:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**Responsável/Interessado(a):** ALUÍZIO DE SOUZA BARROS e PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA**Advogado:** LUIZ SÉRGIO PINHEIRO FILHO, OAB/PA n.º 12.948**Proposta de Decisão:** Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA**Formalizador da Decisão:** Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 88, inciso I, c/c o art. 89, inciso II, e § 1º, inciso II, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

• Deferir a medida cautelar, determinando a indisponibilidade de bens do Sr. ALUÍZIO DE SOUZA BARROS, CPF n.º 684.819.422-00, prefeito à época do município de Tracuateua, por prazo não superior a um ano, em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento aos cofres estaduais da importância de R\$ 291.583,77 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos)[1], referente a recursos repassados ao Município de Tracuateua,